

27 JUN 1985

# Boicote à dívida tem amparo legal

**Porto Alegre** — Suspensão do pagamento da dívida externa de 360 bilhões de dólares dos países latino-americanos, pedido de declaração formal, junto à Corte Internacional de Haia, da ilegitimidade da dívida externa e, internamente, a mudança dos modelos econômicos dos países, para garantir a viabilidade das democracias latino-americanas.

Esses são os objetivos centrais de um comitê latino-americano a ser criado, após um amplo debate e interno em cada nação, para o qual começaram entendimentos e contatos, iniciados pelo prêmio Nobel da Paz, Adolfo Esquivel, pelo secretário-executivo da Universidade da Paz, da ONU, na Costa Rica, Francisco Barrohona, e pelo dirigente da confederação mundial dos professores e deputado federal do PMDB gaúcho, Hermes Zanetti.

A idéia surgiu paralelamente ao Seminário Internacional de Educação, realizado em Mar del Plata, na Argentina, e seus idealizadores já começaram a fazer contatos: Esquivel com o presidente Raúl Alfonsín, Barrohona com outros países latino-americanos, e Zanetti com autoridades no Uruguai e, agora, contatará com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para promover uma reunião nesse sentido em Brasília. Paralelamente, iniciaram contatos com universidades, professores, juristas, economistas e especialistas em direito internacional público, visando a um amplo debate da dívida externa e da necessidade de mudança dos modelos econômicos dos países latino-americanos.

Não há como viabilizar democracias na América Latina, que estão vinculadas ao destino de suas dívidas externas, impagáveis como até os credores

sabem: os modelos econômicos foram criados para pagar os juros da dívida externa, de forma permanente. A declaração de moratória não soluciona o problema. A solução consiste, através de uma comissão, em estudos e medidas que levem os países latino-americanos a três decisões básicas:

Suspensão do pagamento da dívida externa.

Pedido de declaração, pela Corte Internacional de Haia, da ilegitimidade das dívidas externas e mudanças dos modelos econômicos dos países latino-americanos.

A mudança interna dos modelos econômicos se dará através de amplos debates que levem a um modelo democrático, viabilizando as democracias desses países. Para isso, após estudos que se iniciam, será pedido à Corte Internacional de Haia a ilegitimidade da dívida externa, baseada na ofensa e prejuízo à soberania nacional devido ao conflito de normas, já que as normas do FMI conflitam com um acordo da ONU de direitos econômicos e sociais dos países.

Entre as alegações que poderão fundamentar o questionamento das dívidas externas se pedirá a identificação do dinheiro emprestado, já que grande parte desses valores não chegaram, nem foram aplicados nos países aos quais se destinavam. Se questionará a ilegitimidade dos que tiraram os empréstimos, já que eram ditaduras a serviço do capitalismo internacional: não foi dinheiro emprestado a pedido dos povos latino-americanos. Todos sabem que as ditaduras foram instaladas por violência e golpes, derrubando governos constitucionais. Portanto as ditaduras não tinham legitimidade popular nem procuração dos seus povos para contrair empréstimos.